

Exmo. Senhor

Deputado Firmino Marques

M.I. Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Juventude

e Desporto

Senhor Presidente,

Assunto : requerimento de audições com carácter de urgência do Senhor Ministro da Educação e do Presidente da Ensemble - Associação Portuguesa de Instituições de Ensino de Música

O Governo prometeu, por diversas vezes, que as escolas de ensino artístico especializado iriam ter mais alunos apoiados e que veriam o seu financiamento reforçado. No entanto, o resultado do concurso de financiamento de contratos de patrocínio para os anos letivos de 2020/2021 até 2025/2026 evidenciam uma diminuição substancial do número de alunos financiados, tanto na iniciação como naqueles que já estavam em regime integrado, articulado ou supletivo.

Os resultados do concurso para financiamento dos contratos de patrocínio 2020-2026, para o ensino artístico, revelam cortes brutais – há casos de cortes de mais de 60% – que colocam em causa o funcionamento de muitas instituições, uma vez que o ano letivo foi planificado, as turmas foram constituídas e face à quebra do financiamento são excluídos centenas de alunos que já estavam inscritos.

Estes cortes contrariam o anunciado reforço de 10 milhões de euros das verbas para o Ensino Artístico prometido pelo Governo em junho passado, no âmbito de medidas de mitigação dos efeitos da pandemia de covid-19.

O resultado da ação do Governo nesta matéria, porque desastroso, em vez de estabilizar e qualificar a oferta do ensino artístico salvaguardando o princípio da transparência, clareza e rigor veio colocar em evidência graves distorções na distribuição do financiamento face aos contratos de patrocínio 2018/2024 que, a efetivarse, resultará em sério prejuízo do ensino artístico especializado construído no País ao longo de anos.

O financiamento está em risco, em muitos dos casos, para mais de 50% das vagas de ingresso dos alunos já inscritos no curso básico de música em regime articulado, para o ano letivo 2020/2021, vagas essas que eram até agora financiadas pelo Estado.

A sustentabilidade das escolas está em causa, o corpo docente altamente especializado das mesmas desvalorizado e colocado em risco de despedimento, as expectativas das comunidades que confiam neste tipo de ensino e a situação de centenas de alunos que já se inscreveram para o presente ano letivo e que poderão ficar excluídos do apoio do Estado, em resultado de uma decisão inexplicável e incompreensível.

Os critérios de redução do financiamento não são claros e transparentes para que a decisão possa ser compreendida, há instituições com resultados de seriação mais



baixos e que obtiveram um maior número de vagas que outras instituições com resultados mais elevados.

Muitas vozes alertam para a gravidade da situação quer para os alunos e suas famílias porque veem frustradas legítimas expectativas no acesso a estas ofertas educativas, quer para os professores de ensino artístico especializado que ficam com os seus postos de trabalho em risco, quer para as entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular que ficam impedidas a breve trecho de assegurar o ensino especializado da dança, música, artes visuais e audiovisuais em muitas zonas onde são as únicas estruturas que asseguram um serviço público de educação e garantem a fruição cultural e artísticas a milhares de crianças e jovens.

Há instituições, como é o caso do Orfeão de Leiria Conservatório de Artes (OLCA) e da Academia de Música de Vilar do Paraíso, em Vila Nova de Gaia, entre tantas outras instituições, com cortes brutais do seu financiamento que não são justificáveis.

O PSD exige a resolução urgente deste problema, solicitando, ainda, o esclarecimento cabal acerca da aplicação dos critérios utilizados para atribuição do financiamento, assim como das medidas a adotar para salvaguardar a continuidade dos percursos formativos dos alunos integrados em anos anteriores e o direito de acesso, em condições de igualdade, para aqueles que pretendem ingressar no nível de iniciação.

Nesta conformidade, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, que a Comissão de Educação, Ciência, Desporto e Juventude delibere realizar, com carácter de urgência as audições do Senhor Ministro da Educação para que sejam prestados todos os esclarecimentos sobre como vai ser reparado o resultado desastroso do concurso para financiamento dos contratos de patrocínio 2020-2026 para o ensino artístico e a audição do Presidente da Ensemble - Associação Portuguesa de Instituições de Ensino de Música.

Palácio de S. Bento, 18 de setembro de 2020

Os Deputados, Luís Leite Ramos Cláudia André António Cunha